Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes

Marcelo Dias Carcanholo¹

Marisa Silva Amaral²

Resumo: Para o entendimento detalhado da condição dependente, nosso objetivo aqui é o de recuperar os aspectos principais da lei geral da acumulação capitalista, demonstrando como se forma o exército industrial de reserva e como a existência deste último contribui com as formas de superexploração do trabalho e com o seu fortalecimento para o caso dos países dependentes.

Palavras-chave: teoria da dependência; teoria marxista; economias dependentes.

Capitalist Accumulation and industrial reserve army: superexploitation of labor content in economies of the periphery

Abstract: For the detailed understanding of dependency, our purpose in this paper is to recover the principal aspects of the general law of capitalist accumulation, explaining how the industrial reserve army is formed, and how it contributes through the form of the superexploitation of labor and through its strengthening in the case of the countries in the periphery.

Keywords: dependency theory; marxist theory; economies of the periphery.

JEL: B14; B51

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF. E-mail: mdearc@uol.com.br.

² Professora do IE-UFU. E-mail: msilvaamaral@yahoo.com.br.

Introdução

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho.³

Nessas circunstâncias, a acumulação de capital na periferia, ainda que com o mesmo conteúdo, assume suas próprias formas de manifestação. Dadas estas características estruturais da dependência, a intenção é a de identificar, a partir daqui, os aspectos da acumulação capitalista que explicam o recurso à superexploração do trabalho por parte da periferia para dar prosseguimento ao seu processo interno de acumulação. Mais especificamente, pretendemos, de início, mostrar a formação de um exército industrial de reserva como consequência imediata do funcionamento da lei geral da acumulação capitalista, para depois desenvolver as relações existentes entre esta superpopulação relativa e os mecanismos de superexploração do trabalho característicos da dependência e dos processos de transferência de valor (da periferia para o centro) que lhe são próprios.

1. A Lei Geral da Acumulação Capitalista

O argumento inicial que embasa a formulação da lei geral da acumulação capitalista é o de que a procura por força de trabalho aumenta à medida que se amplia a acumulação, desde que seja mantida constante a composição do capital.

A composição do capital deve ser apreciada em duas esferas: a esfera do valor (composição-valor) e a esfera material – da matéria utilizada no processo produtivo – (composição técnica do capital). A primeira é determinada pelo valor dos meios de produção e pelo valor da força de

³ A categoria superexploração do trabalho tem sido centro de um amplo debate a respeito de sua adequação ou não enquanto uma categoria específica para além da mera elevação da taxa de mais-valia. Como procuramos argumentar no decorrer do trabalho, esta categoria possui sim uma especificidade dentro da condição dependente.

trabalho, ou seja, envolve as proporções nas quais o capital se divide em constante e variável, respectivamente, e pode ser representada na forma c/v , onde c representa o capital constante e v diz respeito ao capital variável.

A segunda, a composição técnica, se refere à quantidade de força de trabalho (FT) necessária para operar determinada massa de meios de produção (MP), tendo em vista que no processo produtivo todo o capital empregado se decompõe nestes dois fatores. Formalmente, a composição técnica se expressa na forma MP/FT , ou seja, quanto de força de trabalho é necessário para operar uma quantidade dada de meios de produção.

Como já dito, Marx considera a composição orgânica como sendo a própria composição do capital. Isto se justifica no reconhecimento de que a composição orgânica do capital é determinada pela composição técnica – na medida em que a proporção de valor empregado em meios de produção e em força de trabalho depende da combinação mesma entre ambos os fatores, ou seja, depende da quantidade de cada um deles que é empregada quando do ingresso na esfera produtiva – e, ao mesmo tempo, é capaz de refletir quaisquer modificações ocorridas nesta combinação de fatores. Sendo assim, a composição orgânica do capital torna-se representativa da própria composição do capital como um todo, e ela representa o desenvolvimento das forças produtivas na época capitalista.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o aumento da produtividade do trabalho social é um dos principais impulsionadores da acumulação do capital. Como grau da produtividade social do trabalho, entende-se o volume relativo dos meios de produção que uma unidade de trabalho transforma em produto, com o tempo de trabalho e dispêndio de força de trabalho dados. Assim, a produtividade diz respeito à quantidade de meios de produção que um trabalhador elabora, em dado tempo e com determinada intensidade de trabalho. O acréscimo da produtividade do trabalho representa uma queda da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho (massa de trabalho vivo) proporcionalmente aos fatores objetivos (massa de meios de produção - trabalho morto). Isto significa que o aumento da produtividade se apresenta como um crescimento do que se chama composição técnica do capital.

O aumento da composição técnica do capital leva ao crescimento da composição orgânica do capital, embora esta última possa aumentar devido ao uso de elementos mais valiosos do capital constante. A diferença entre as duas reside no fato de que a primeira se refere ao processo produtivo, sob a perspectiva da matéria, e a segunda se define em

termos de valor. Ora, o mesmo acréscimo de produtividade eleva o volume de meios de produção transformados e diminui o valor unitário dos mesmos, de forma que a variação no valor total fica indefinida. O processo fica mais visível com o seguinte exemplo:

(I) $c^1 = 100$ unidades de MP x 10 unidades de valor = 1000 unidades de valor

(II) $c^2 = 500$ unidades de MP x 5 unidades de valor = 2500 unidades de valor

No primeiro momento, o capital constante tem um valor total de 1000 unidades de valor, definidas pelo produto de 100 unidades físicas de meios de produção (MP) e 10 unidades de valor para cada meio de produção. Com um incremento de produtividade, o volume de meios de produção se eleva, na situação (II), em 400%. No entanto, o valor unitário de cada meio de produção cai em 50%. Ao final, o capital constante c^2 é 150% superior ao inicial c^1 . Em outras palavras, o incremento de 400% na produtividade física do trabalho elevou em menos que proporcionalmente o valor do capital constante. Poder-se-ia pensar que o exemplo teve êxito por causa de uma escolha arbitrária de números. Isto é, se o valor unitário dos meios de produção caísse a 2, ao invés de 5, o valor do capital constante continuaria sendo de 1000 unidades de valor. Note-se, entretanto, que a queda do valor unitário possui um limite mínimo; ele não pode ser menor ou igual a zero. Por outro lado, o crescimento da massa de meios de produção não tem um limite máximo. Embora a redução de valor possa ser mais rápida, em determinado momento, que o crescimento do volume dos meios de produção, a redução do primeiro é limitada, enquanto que o crescimento do segundo não. Conclui-se que o aumento da composição técnica do capital leva ao crescimento da composição orgânica, embora em uma menor proporção. Nesse sentido, o crescimento da composição orgânica do capital, refletindo a elevação da produtividade como uma imposição da lógica concorrencial na acumulação de capital, pode ser entendido como uma lei de funcionamento da economia capitalista. Assim como as outras leis de funcionamento do capital, trata-se de uma lei de tendência.

Esclarecidos estes conceitos, o que Marx tenta mostrar é que, mantida constante a composição do capital, quando se aumenta o capital, aumenta na mesma proporção a demanda por força de trabalho. Tendo em vista que, quando se amplia demasiadamente a procura por trabalho em relação às necessidades de acumulação chega-se a um ponto em que a oferta de trabalho torna-se menor que sua demanda, os salários a serem pagos aos trabalhadores também crescem de acordo com o ritmo de crescimento do capital, de modo que este aumento age como um

“mecanismo de ajuste”. Então, a ampliação nos salários é também função do ritmo de crescimento do capital a partir do momento em que a demanda por trabalho supera sua oferta, o que significa que, com um menor número de pessoas dispostas a vender sua força de trabalho, o salário pago àquelas que estão efetivamente empregadas tende a crescer quando cresce também a massa de capital constante, ou quando se amplia a acumulação de capital.

Ocorre que o sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente em virtude, como veremos, de uma imposição concorrencial. A tendência é a de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, aumente a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável.

A expansão do capital depende de que a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele, de modo que a reprodução do trabalho se confunde com a própria reprodução do capital. Sendo assim, acumular capital significa necessariamente aumentar o proletariado, inclusive porque o trabalho vivo por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional, ao passo que o trabalho morto corresponde à parte constante do capital total que apenas transfere valor para o produto final.

Nesta [na produção capitalista], não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam portanto a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. O salário (...) pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. (Marx 1974:718-720)

Estas observações levam à interpretação de que o assalariado produz o capital e, ao mesmo tempo, é dominado e se subordina ao seu próprio produto. Ou seja, é criador e escravo de sua própria criatura; é criador e escravo do capital.

A lei da produção capitalista expressa a relação existente entre capital, acumulação e salários apenas como uma “*relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar*” (Ibidem:721). Desse modo, a elevação de salário – e a conseqüente queda de trabalho não

pago – se explicaria justamente pelo acréscimo de trabalho pago, que se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital fruto de uma também ampliação na própria quantidade de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora. Isto significa que os salários se elevam como conseqüência do pagamento de baixos salários no passado, haja vista que este último produz mais valor, faz intensificar a acumulação e, deste modo, cria a necessidade de que novos trabalhadores sejam contratados. À medida que este processo se acelera, a oferta de força de trabalho torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam, ou, visto sob um outro ângulo, diminui o trabalho não pago.

O movimento contrário também seria verdadeiro, no sentido de que o decréscimo do trabalho não pago atinge um nível em que o capitalista já não tem mais trabalho excedente do qual se apropriar, necessitando, portanto, para dar prosseguimento à sua dinâmica de acumulação, reverter a trajetória e passar a diminuir a quantidade de trabalho pago (leia-se, ampliar a quantidade de trabalho não pago, ou trabalho excedente). Mais do que isto, a ampliação do trabalho não pago e, portanto, a queda nos salários corresponde a uma lei de tendência do sistema capitalista que, como já dito, assume o crescimento da produtividade como sendo um elemento essencial ao processo de acumulação de capital e, por isso, à própria dinâmica capitalista.

Portanto, o preço do trabalho ficaria limitado ao ponto onde ficam assegurados os fundamentos do sistema e sua reprodução em escala crescente. Entretanto, esta relação não se dá exclusivamente nos termos antes estabelecidos, como se variações nos salários ocorressem apenas como resposta a um movimento natural dos mercados. Por detrás destas questões está contida a causa fundamental que provoca, em regra, a queda nos salários dos trabalhadores, qual seja, a formação de um exército industrial de reserva como impacto da própria acumulação capitalista.

Esta população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão – e isto é fundamental – está no fato de que, ao reproduzir este sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a este mesmo modo de produção. Significa dizer que, quando ocorre um incremento na composição do capital, deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo ao invés de ocorrer uma expansão nos níveis de contratação de trabalhadores que possam ser incluídos no processo produtivo operando os novos meios de produção ora acrescentados neste mesmo processo. Então, amplia-se a quantidade de máquinas e

equipamentos e a contratação de trabalhadores não acompanha esta ampliação, ao menos não mesma proporção.

O exército industrial de reserva é, então, vital para o “bom funcionamento” da produção capitalista e deve ser independente do incremento natural da população, no sentido de que deve existir mesmo que a população não cresça – ou, levando ao extremo, mesmo que a população decresça. Apenas deste modo é possível que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada.

Isto ocorre justamente porque a parte desempregada da classe trabalhadora que forma o exército de reserva exerce pressões sobre a parte empregada desta mesma classe – o que fica evidente quando se observa a concorrência entre ambas –, deixando àqueles que estão efetivamente empregados a forte possibilidade de se verem instantaneamente desempregados num período subsequente, tendo em vista que há um grupo enorme de pessoas disposto a ingressar no mercado de trabalho a salários inclusive inferiores aos vigentes; tudo isto para que possam se ver livres, ainda que temporariamente, do desemprego tão característico e mesmo funcional a esse modo de produção capitalista. Sendo assim, os que se encontram na categoria de empregados se vêem sujeitos ao trabalho excessivo e aos ditames do capital, de modo que a exploração a que se submetem é a fonte mesma de enriquecimento da classe capitalista como um todo e de cada capitalista individualmente.

Todo este movimento de ampliação do capital constante em relação ao capital variável, com as conseqüências antes apontadas que lhe são próprias, é fortalecido por conta das modificações em termos de estrutura produtiva que passam a ocorrer à medida que o capitalismo se desenvolve (no sentido de processualidade dinâmica) por si mesmo.

Estes métodos que contribuem especificamente com o aumento da produtividade envolvem a concentração e a centralização do capital, além de mecanismos de crédito que tendem a lubrificar a passagem de uma situação de concentração para uma situação de centralização. Guardando as diferenças entre ambos os estados, podemos dizer que a concentração do capital corresponde à detenção de quantidades maiores ou menores de meios de produção e ao respectivo comando sobre um exército maior ou menor de trabalhadores por parte dos capitais individuais. Por esta característica, a concentração do capital se identifica com a acumulação na medida em que cresce a partir do crescimento do capital social, ao mesmo tempo em que permite e intensifica a ampliação deste último. Ou seja, é um processo que se “auto sustenta”, porque a acumulação faz crescer a concentração que, por sua vez, permite que haja mais acumulação e assim sucessivamente, estando limitado apenas

pelo grau de crescimento da riqueza social e pela concorrência natural entre os diversos capitais individuais que atuam em ramos diversos da economia.

E é justamente a partir desta concorrência recíproca de todos os capitais individuais em relação a todos os outros que nasce a centralização do capital, porque, embora esta característica evidencie a repulsa entre os fragmentos do capital como um todo, há uma outra que a contraria, evidenciando a atração entre os mesmos. Constitui-se, assim, um momento em que os pequenos capitais são “engolidos” pelos grandes, que acabam por se tornar um único capital retido nas mãos de um único capitalista (ou nas mãos de alguns poucos grandes capitalistas), naquilo que Marx chamou de “*a expropriação do capitalista pelo capitalista*” (Ibidem:727) e para cujo progresso não é necessário que haja incremento do capital social, tendo em vista que se trata apenas de uma mudança no modo como os capitais individuais se distribuem, passando de muitos fragmentos para poucos, ou, no limite, para um só correspondente ao todo dentro de um mesmo setor.

O papel do crédito neste entremeio é justamente o de facilitar a ocorrência da centralização do capital no sentido de fazer chegar aos capitalistas os recursos financeiros necessários ao domínio do pequeno pelo grande capital, o que se mostra como tendência *pari passu* ao desenvolvimento da acumulação e da própria produção capitalista. Sendo tendência, é essencial dizer que a centralização do capital fortalece o crescimento da composição do capital, acelerando, portanto, a contração de sua parte variável em relação à sua parte constante, com todos os efeitos já tratados, próprios desta transição.

Vale dizer que a superpopulação relativa existe sob quatro formas distintas⁴: flutuante, latente, estagnada e em estado de pauperismo. A primeira forma, que pode ser comparada a uma situação de desemprego friccional, engloba os trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos – em quantidade superior à de repulsão – para determinado ramo de atividade, chegando ao ponto em que, no geral, o número de empregados é ampliado, embora em proporção decrescente se comparada com o aumento da escala de produção. A segunda forma envolve os trabalhadores rurais que são repelidos da atividade agrícola, porque esta passa a ser permeada pela produção e acumulação capitalista. Em terceiro lugar, a forma estagnada de existência da superpopulação relativa envolve os trabalhadores que se empregam em atividades irregulares,

4 Alguns autores entendem que existiriam apenas três formas da superpopulação relativa (flutuante, latente e estagnada), sendo o pauperismo apenas uma subcategoria da terceira. Considera-se aqui que se trata de uma quarta forma apenas por entender que assim é exposto por Marx no capítulo XXIII do Livro I de O Capital. Essa especificação, no entanto, não é relevante para o argumento aqui desenvolvido.

pelo que ficam conhecidos como trabalhadores a domicílio, cuja característica principal é a de que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível. Trata-se do subemprego ou das formas precárias do mercado de trabalho desestimulado. Finalmente, não devem ser esquecidos aqueles que vivem em situações absurdas de miséria e indigência que contribuem igualmente com a manutenção de uma superpopulação relativa absolutamente funcional ao capital no sentido de garantir a ocorrência da superexploração do trabalho e, assim, o “engrossamento” da acumulação.

Deste modo, a lei geral absoluta da acumulação capitalista, pode ser descrita nas seguintes palavras:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (Ibidem:747)

2. O tema da superexploração do trabalho e o exército industrial de reserva

É no fulcro desta construção teórica de Marx que se insere o tema da superexploração da força de trabalho, esta última apontada por Marini (1991) e (2000) como sendo a característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial. Sua relação com a lei geral da acumulação capitalista evidencia-se claramente, especialmente quando é tratada a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista e, ao contrário e muito mais importante, sua “disfuncionalidade” no que diz respeito aos impactos perniciosos que provoca em relação à classe trabalhadora em geral.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e cen-

tral⁵, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de “capitalismo específico” na periferia, justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva.

A explicação para este fato pode ser entendida, no fundamental, pela análise da concorrência intra-setorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e da concorrência inter-setorial (entre setores distintos de produção) e se articula necessariamente com a análise da tendência à queda da taxa de lucro, temática trabalhada por Marx no livro III de *O Capital*, quando procura dar conta do processo global da produção capitalista.

Tratando primeiramente da concorrência intra-setorial, ocorre que o aumento da produtividade em determinado setor faz com que, do ponto de vista de cada capitalista particular, sejam criados mais produtos no mesmo espaço de tempo, permitindo a este capitalista reduzir o valor individual de suas mercadorias a um nível inferior ao valor de mercado das mesmas e, portanto, apropriar-se de uma mais-valia extraordinária (ou superlucro) quando da realização destes produtos no mercado.

Lançando mão de certa formalização para o entendimento desta idéia, temos que três empresas distintas (I, II e III) produzem uma mesma mercadoria A (M_A) – e se encontram, portanto, no mesmo setor produtivo – com níveis distintos de produtividade, de modo que, para cada empresa, o tempo de trabalho necessário para a produção de M_A não é o mesmo. Sendo assim, (I), (II) e (III) produzem valores (V) diferentes, sendo que estes valores são medidos em horas de trabalho, tal como segue:

⁵ Embora a existência do intercâmbio desigual se constitua, de fato, numa forma de exacerbar e fortalecer “a sede de acumulação” e a exploração do trabalho que daí deriva, Marini (2000:124) nos mostra que “não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia...; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conseqüente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que implica, têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente”.

$$\begin{aligned}
 V_{(I)} &= 4 \text{ horas} & V_{(I)} + V_{(II)} + V_{(III)} &= 18 \text{ horas} \\
 V_{(II)} &= 6 \text{ horas} \\
 V_{(III)} &= 8 \text{ horas} & \text{TTSN} &= 6 \text{ horas}
 \end{aligned}$$

O valor total produzido neste setor é de 18 horas e o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para a produção de uma mercadoria é de 6 horas – correspondente à média do tempo total gasto por todas as empresas dentro deste mesmo setor. A empresa (I) é a mais produtiva, dado que despende menos tempo que as outras para produzir uma mercadoria. Tendo sido calculado o valor de mercado (V_M) de M_A em 6 horas, é possível afirmar que a empresa (I), portanto, se apropria de um valor superior àquele que produziu. Ou seja, ela produz uma mercadoria no valor de 4 horas, vende esta mercadoria pelo V_M de 6 horas e, assim, se apropria de um valor extra de 2 horas, sendo que estas últimas correspondem àquilo que Marx chamou de mais-valia extraordinária, medida pelo valor de mercado subtraído dele o valor da mercadoria quando sai da empresa. A mais-valia extra se dá, portanto, quando uma empresa se apropria de um valor superior ao que produziu. Seguindo a mesma idéia, a empresa (III) é a menos produtiva, com um TTSN de 8 horas, de modo que perde 2 horas em termos de valor, isto é, o valor que produz é maior que o V_M . A empresa (II) não tem do que se apropriar de forma extraordinária, haja vista que o valor que produz é exatamente igual ao valor de mercado de A. Isso nos remete à primeira lei geral do processo de produção da riqueza apontada por Marx: por conta do processo de concorrência em busca da mais-valia extra, as empresas procuram incessantemente aumentar sua produtividade, explicando-se, assim, a queda no V_M das mercadorias.

O ponto crucial deste esquema está na noção de redistribuição que ele nos aponta, ou melhor, de distinção entre a lógica da produção e da apropriação. É possível notar, a partir do que foi dito, que os capitais mais produtivos se apropriam de um valor superior ao que produziram, sendo o contrário verdadeiro para o caso dos capitais menos produtivos.

Transpondo estes aspectos para o nível do comércio internacional, devemos agora tratar as empresas (I), (II) e (III) como pertencentes a países distintos. Deste modo, o capital (I), mais produtivo, deve ser entendido como pertencente a um país do centro do capitalismo mundial, o capital (III) precisa ser tratado como inserido em um país periférico, exatamente por ser o menos produtivo e o capital (II) se neutraliza diante das colocações que pretendemos realizar, porque produz valor

idêntico ao valor de mercado de A, em nada contribuindo com o mecanismo de redistribuição ao qual nos referimos.

Assim sendo, e recorrendo ao esquema proposto, ocorre que os países periféricos são aqueles que produzem mais valor (8 horas), tendo em vista que utilizam relativamente mais trabalho vivo que trabalho morto no processo produtivo. Contrariamente, os países centrais, por utilizarem menos força de trabalho frente ao que utilizam em meios de produção, geram menos valor. Contraditoriamente, quando se atinge o nível da apropriação da riqueza gerada, o processo tendencial se dá de maneira inversa: os países periféricos, embora produzam mais valor, não se apropriam dele, pois são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado.

Assim, torna-se cabível afirmar que a apropriação empreendida por parte dos países centrais se dá justamente às custas da ausência de apropriação por parte dos periféricos. Se assim o é, nos parece correto dizer que a periferia produz valor que não será apropriado por ela internamente, mas que será transferido para os países do centro e por eles acumulado.

Algo similar pode ser ilustrado a partir do nível da concorrência inter-setorial. Recorrendo ao esquema marxista da transformação dos valores em preços de produção e utilizando a fórmula $c + v + m$ (onde $c + v$ expressa, portanto, o capital total investido e m diz respeito à mais-valia resultante de um período produtivo), que nos mostra o valor (V) produzido ao final de cada estágio de produção, temos que três capitais distintos (I, II e III) produzem as mercadorias A (M_A), B (M_B) e C (M_C), respectivamente – e se encontram, portanto, em diferentes setores produtivos. Eles o fazem com níveis distintos de produtividade, com uma mesma massa de capital total inicial de 100 unidades – distribuídas entre capital constante e capital variável de maneira diversa para cada capital individualmente, dado que, como já dito, seus níveis de produtividade são igualmente distintos – e com uma taxa de mais-valia (m') de 100%, da maneira que segue no Quadro 1.

QUADRO 1- CONCORRÊNCIA INTER-SETORIAL DE CAPITAIS

	M	$c + v$	$m' (= m/v)$	m	V	l'	PP	PP - V
(I)	A	$60c + 40v = 100$	100%	40	140	40%	150	+ 10
(II)	B	$50c + 50v = 100$	100%	50	150	50%	150	0
(III)	C	$40c + 60v = 100$	100%	60	160	60%	150	- 10

O capital (I) se encontra, no caso, num setor tecnologicamente mais avançado e, portanto, mais produtivo, dado que a massa de capital constante investido (60 unidades) é superior à massa de capital variável (40 unidades), ou, em outras palavras, o gasto com MP é relativamente superior ao gasto com FT, de modo que a composição orgânica do capital (c/v) é mais elevada. Seguindo o mesmo raciocínio, o capital (III) se estabelece num setor de mais baixa produtividade, tendo em vista que a massa de capital constante (40 unidades) é inferior à massa de capital variável (60 unidades), de tal forma que o dispêndio com FT supera em termos relativos o gasto com MP.

Como a produção de mais valor depende da utilização da força de trabalho no processo produtivo e, mais do que isto, só pode se dar por intermédio desta utilização, fica notório que o capital (I), inserido no setor mais produtivo, aquele que utiliza uma menor massa relativa de trabalhadores no processo, é justamente o que produz menos valor ($60c + 40v + 40m = 140V$). Contrariamente, o capital (III), inserido no setor menos produtivo, gera mais valor ($40c + 60v + 60m = 160V$), tendo em vista que a utilização de trabalho vivo é relativamente maior que a de trabalho morto e que, portanto, a massa de mais-valia gerada é superior. Então, a produção de valor se dá de maneira mais “eficaz” nos capitais inseridos nos setores menos produtivos, sendo o oposto igualmente verdadeiro. Esta é a conclusão parcial a que nos permite chegar o esquema proposto; parcial porque se limita à análise do valor gerado ao final de cada processo produtivo, ainda sem nenhuma referência a respeito de como se dá a apropriação deste excedente.

Partindo, então, para este nível de análise, temos que a taxa de lucro (l') é a própria mais-valia considerada em relação a todo o capital empregado ($c + v$), ou seja, em relação ao capital constante somado ao capital variável, podendo ser expressa por $l' = m / (c + v)$. Sendo assim, como consideramos que todos os capitais em seus respectivos ramos de atividade empregam um mesmo capital total de 100 unidades, as variações na taxa de lucro para cada capital individualmente acompanham as modificações ocorridas em termos da mais-valia produzida por cada um destes capitais, de modo que aqueles mais produtivos obteriam taxa de lucro mais baixa e vice-versa, se as mercadorias fossem vendidas pelos seus valores. Esta diferenciação em termos de l' estimularia a concorrência entre os setores, de modo que capitais mais produtivos se transferem para ramos de maior l' . Este movimento, por sua vez, faz com que os capitais menos produtivos, agora com l' mais baixa, se transfiram para ramos mais produtivos, que conquistaram uma elevação em

sua taxa de lucro. E esta oscilação segue continuamente até que os setores que competem entre si tenham sua l' igualada⁶, cessando o estímulo que faz com que um capitalista vá de um setor para o outro.

Forma-se assim o lucro médio (l_m), que é justamente resultado da média das taxas de lucro de cada capital/setor – considerando, ainda, que capitais de mesmo montante recebem o mesmo lucro médio. Como, no caso, a taxa de lucro média é de 50%, o l_m é, portanto, igual a 50. A partir disto são formados os preços de produção (PP) e, assim, nos aproximamos mais da questão sobre a forma como se dá a apropriação do valor gerado. O preço de produção reflete o preço contido na mercadoria quando ela sai da produção⁷ e pode ser expresso por: $PP = c + v + l_m$.

Daí, percebe-se que, como o capital total investido e o lucro médio são os mesmos para cada empresa de cada setor, seus preços de produção são exatamente iguais em 150 unidades. A partir disto podemos chegar à noção das diferenças em termos de apropriação da riqueza gerada, bastando, para tal, subtrair dos PP das mercadorias seus valores. O resultado desta matemática simples é o de que *“uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo”* (Marx 1974: 179). Há, portanto, valor sendo produzido em (III) que não é acumulado dentro deste setor. Por outro lado, o setor (I) gera 140 unidades de valor e realiza 150 unidades dadas pelo PP. Então, recorrendo mais uma vez ao fato de que não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado, as 10 unidades acumuladas em (I) só podem ser as mesmas 10 unidades expropriadas em (III). Esta idéia, novamente transposta para o nível da economia mundial, nos leva a afirmar objetivamente, que a periferia (representada pelo setor III menos produtivo) produz valor que será apropriado nos países do centro (representados pelo setor I mais produtivo). Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de

6 O processo de igualação das taxas de lucro entre distintos setores também é uma lei tendencial de funcionamento da economia capitalista, sujeita, portanto, a todos os movimentos de contratendência que lhe são correlatos, como o processo de concentração/centralização do capital, por exemplo. Esta temática é trabalhada por Marx também no livro III de *O Capital*, nos capítulos IX e X. Optou-se por utilizar esta idéia no intuito de melhor ilustrar o processo de acumulação de mais-valia, gerada nas economias dependentes, por parte das economias centrais.

7 Notemos que está excluída do PP a mais-valia produzida, justamente porque esta corresponde à fatia da qual se apropria o capitalista. Ela apenas se inclui de maneira indireta na formação do referido preço, pois está embutida no l_m auferido por esse capitalista. Além disto, vale acrescentar que o PP não é correspondente ao preço de venda ou preço de mercado (P_M), pois, se ambos fossem iguais, implicaria igualdade entre oferta e demanda, fato meramente casual na dinâmica capitalista. Então, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, embora estes expliquem seus preços de produção. Se assim fosse, estaria anulada toda a idéia de Marx a respeito da realização de um valor superior àquele que se tem quando do ingresso no processo produtivo. Os valores simplesmente regulam as oscilações dos preços de mercado, que, por sua vez, flutuam em torno dos valores.

igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais.

Com isto, nos parece irrevogável a visão de dependência desenvolvida por Marini (2000), como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro. Isto inviabiliza a acumulação de capital interna às economias dependentes? De maneira alguma. Resta a estas o recurso à superexploração do trabalho como única forma de elevação da taxa interna de mais-valia e, portanto, de continuidade no processo de acumulação interno de capital.⁸

Feitos estes esclarecimentos, há três formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam, i) o aumento da intensidade do trabalho, ii) a prolongação da jornada de trabalho e iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador, então convertido em fundo de acumulação capitalista.⁹

A primeira destas formas de superexploração denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. A segunda reflete um aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à reprodução do próprio operário, de modo que o mesmo *“segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo”* (Marini 2000: 123). A terceira forma de exploração representa um mecanismo através do

8 A categoria superexploração do trabalho, não fortuitamente, vem sendo alvo de críticas, muitas delas originadas da incompreensão do seu significado. Não se trata meramente de elevação da taxa de mais-valia, porque, se assim fosse, trata-se de um dos elementos da dinâmica da economia capitalista, seja ela periférica ou central, e, portanto, não poderia ser tratada como uma especificidade das economias dependentes. Ocorre que a utilização do termo se justifica justamente por uma especificidade da condição dependente. Em razão de parcela crescente da mais-valia produzida na periferia ser apropriada e acumulada nas economias centrais, os capitalismo dependentes só podem recorrer à superexploração do trabalho como forma de garantir a sua dinâmica. Esta quase inexorabilidade da superexploração do trabalho no capitalismo periférico não é característica necessária dos capitalismo centrais, ainda que essa superexploração do trabalho possa lá ocorrer também, mas por outras circunstâncias determinantes.

9 Alguns poderiam argumentar que isto é justamente como Marx trata as distintas formas de expansão da taxa de mais-valia, o que deixaria a superexploração do trabalho apenas como um sinônimo para a elevação da taxa de exploração, ou de mais-valia. Entretanto, mais uma vez, a especificidade da superexploração do trabalho não está propriamente nas formas de elevação da taxa de mais-valia, mas na sua relação com a condição estrutural de dependência que impede o capitalismo periférico de desenvolver-se nos mesmos moldes que o centro do sistema. Por outro lado, esse tipo de interpretação tende a relacionar a mais-valia absoluta apenas com a prolongação da jornada de trabalho, sendo que a elevação da intensidade do trabalho seria uma forma de mais-valia relativa. Entende-se aqui que isso é um equívoco, pois a intensidade do trabalho seria também uma forma de mais-valia absoluta. Isto deixa uma questão em aberto: a superexploração do trabalho seria então apenas obtida por intermédio da mais-valia absoluta, sem possibilidade de extensão da mais-valia relativa? Para os defensores da teoria marxista da dependência, como Osório (2004), não, mas trata-se de um debate por si só que não pode ser realizado aqui.

qual a classe capitalista se vê fortalecida no sentido de impor uma queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. A ampliação do EIR é um bom exemplo disto, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho.

Neste momento, é relevante dizer que os três mecanismos expostos têm como característica fundamental

(...) o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Ibidem:126)

Significa dizer, de maneira geral, que o trabalho se remunera abaixo de seu valor e isto, por si só, deixa patente a existência de superexploração.

Recuperados os mecanismos de superexploração do trabalho, torna-se relevante, por fim, relacioná-los mais diretamente com a existência do exército industrial de reserva – abordado por Marx e devidamente reproduzido anteriormente – e mesmo a relação deste último com a taxa de lucro capitalista, no intuito de completar os apontamentos feitos anteriormente quando iniciamos o tratamento da superexploração em si e de revitalizar a idéia de que a teoria marxista é indispensável quando do tratamento da real dinâmica de funcionamento do sistema capitalista de produção e, conseqüentemente, da explicação dos fenômenos que configuram e caracterizam a condição dependente.

Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. Logo, implica em elevação da taxa de mais-valia e conseqüente elevação da taxa de lucro. Isto ocorre porque, como já dito, a existência de uma massa de trabalhadores que se encontra excluída, às margens do mercado de trabalho, exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que estes se submetam a todas as formas de superexploração existentes sob pena de se verem substituídos e desempregados por “trabalhadores da reserva” num momento

futuro. Ou seja, a oferta de trabalho é muito maior que a demanda, há trabalhadores desempregados (ou subempregados) vivendo em condições de pobreza inferiores às dos assalariados e tudo isto cria, evidentemente, um ambiente de competição entre os próprios trabalhadores, cada qual na tentativa de se ver empregado, seja através de manutenção ou de ingresso no mercado de trabalho. Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista, isto é, ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos três mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação.

Indo mais adiante nestas colocações, é possível estabelecer ainda uma relação entre o EIR e a taxa de lucro, ou seja, é possível estabelecer até que ponto a ampliação da superpopulação relativa contribui para que haja elevação da taxa de lucro – contrariando sua tendência à queda¹⁰ –, de modo que este objetivo final justifica, do ponto de vista capitalista, os próprios mecanismos de superexploração fortalecedores do EIR, considerando que a possibilidade de auferir maiores lucros forma uma relação direta com a possibilidade de engrossar o exército de reserva e reforçar a expropriação do trabalho.

Essa relação se efetiva justamente quando se percebe o impacto do EIR sobre as formas de superexploração, especialmente no que diz respeito aos salários. Trata-se de um movimento circular através do qual o aumento da composição orgânica do capital faz crescer a superpopulação relativa, o que redundará na abertura à aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, tanto por meio de extensão e/ou intensificação da jornada de trabalho, quanto através de uma pressão baixista sobre os salários, o que se constitui num “*dos fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro*” (Marx 1974: 270) ou que a paralisam, ainda que temporariamente. Deste modo, fecha-se o círculo através do qual a ampliação da taxa de lucro aparece como conseqüência da existência de EIR e dos mecanismos de exploração do trabalho a que este último remete e, ao mesmo tempo, reforça, facilita e até justifica a continuidade na formação desta superpopulação relativa através de ampliação na composição orgânica do capital, reforçando, também, a ocorrência dos próprios mecanismos de superexploração através dos quais ela é gerada ou acrescida.

¹⁰ Esta tendência à queda da taxa de lucro foi brilhantemente percebida por Marx e tratada em toda a Parte Terceira do Livro III de *O Capital*, sob a denominação de Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL). Os fatores contrariantes a esta lei de tendência estão referidos no Capítulo XIV deste mesmo livro e dentre eles se enquadra a própria tendência à ampliação da superpopulação relativa, no sentido de que sua atuação provoca elevações momentâneas na taxa de lucro a depender da fase do ciclo em que se encontra a economia.

3. Considerações finais

Diante do que foi exposto, temos que a superexploração da força de trabalho é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país e que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja apropriada e acumulada no centro. Isto configura uma espécie de “capitalismo incompleto” na periferia, por conta da interrupção de sua acumulação interna de capital, que só pode ser completada com a geração de mais excedente no próprio plano da produção, justamente através da superexploração do trabalho.

Vimos ainda que o funcionamento do sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade crescente, ou, dito de outra maneira, este sistema demonstra uma tendência ao incremento da composição orgânica do capital, de modo que aumenta a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável. O impacto imediato deste movimento da acumulação capitalista é a formação de um exército industrial de reserva (EIR) que traz consigo a possibilidade de que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial.

Para além desta relação imediata entre a superexploração do trabalho e o EIR está a relação entre o próprio EIR e a taxa de lucro. Ao permitir a aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, a existência do EIR leva a que seja detida ou temporariamente paralisada a tendência à queda da taxa de lucro, tendo em vista que esta última será tanto maior quanto maior for a massa de mais-valia e, portanto, os graus de expropriação do trabalho. Esta possibilidade de ampliação da taxa de lucro – que é o objetivo capitalista por excelência – acaba por reforçar e até mesmo justificar a ocorrência de superexploração e, portanto, a continuidade na formação da superpopulação relativa fortalecedora deste processo.

Referências

- MARINI, R. M. (1991). *Dialéctica de la Dependência*. México. Ediciones Era.
- MARINI, R. M. (2000). *Dialéctica da Dependência*. Petrópolis. Ed. Vozes.
- MARX, C. (1971). *Fundamentos de la Critica de la Economía Política (Grundrisse)*. Instituto Cubano del Libro. La Habana.
- MARX, K. (1974). *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- OSORIO, J. (2004). *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. Julho. México.